

Oi Diário

Nº 738 | Sexta-feira | 8 de abril de 2016

oidiario.com.br | facebook/oidiario | Distribuição gratuita

FOCOH

www.oidiario.com.br

Mogi

Sex • 8 • abril • 2016 9

Dever de remediar



Articulista
Junji Abe

Junji Abe é líder rural, foi deputado federal e prefeito de Mogi das Cruzes (2001-2008)

O mês de abril começou com uma ingrata surpresa para quem precisa de medicamentos: o reajuste de até 12,5%. Vale para mais de 9 mil itens com preços controlados pelo governo federal. Na prática, a situação é pior. O aumento incide sobre o Preço Máximo ao Consumidor (PMC). Mas, as farmácias aplicavam descontos variados sobre este valor. Se era vendido por R\$10, mas já poderia custar até R\$ 13, com a alta autorizada, pode chegar a R\$ 14,62 – 46,25% a mais.

Quanto mais alguém avança na faixa etária, maior é o grau de dependência do uso de medicamentos e, em geral, menor é sua capacidade financeira para bancar o tratamento. Embora custem 35% menos, os genéricos ainda exigem desembolso.

Enquanto isso, o programa federal de farmácias populares oferece gratuidade de apenas 27 medicamentos. Outros 85 são subsidiados, mas não saem de graça. Sem negligenciar as ações de medicina preventiva, a meta do governo deve ser o fornecimento gratuito de remédios às pessoas carentes. Em 2006, enquanto prefeito de Mogi das Cruzes, criei o Promeg, o maior programa de distribuição gratuita de medicamentos do País.

A saúde econômico-financeira só tem sentido com o bem-estar do ser humano

O Promeg (Programa de Medicamento Gratuito) foi concebido como uma rede de pequenas farmácias funcionando nas unidades municipais de saúde. Com uma diferença: o paciente não pagava nada. Bastava apresentar a receita médica de qualquer órgão público de saúde. Na época, garantia a distribuição gratuita de 136 tipos de medicamentos receitados para as doenças mais comuns, como hipertensão e diabetes.

Por ser bem-sucedida, a iniciativa foi mantida pelo prefeito Marco Bertaiolli (PSD), que me sucedeu e ampliou o programa. Não se trata de Mogi das Cruzes ter receita orçamentária abundante. Tampouco, é suficiente para responder a todas as demandas da população de quase 500 mil habitantes no território de 721 quilômetros quadrados.

Mesmo assim, a eficiência da gestão pública também se mede pela sensibilidade na priorização de medidas capazes de atender as necessidades imediatas das pessoas mais carentes. A saúde econômico-financeira só tem sentido com o bem-estar do ser humano. Espero que o governo federal não se furte desse dever. Senão agora, pelo menos, em breve.